



Supremo arquiva HC de advogados contra escutas telefônicas

O ministro Celso de Mello arquivou o habeas corpus impetrado pela Federação das Associações dos Advogados do Estado de São Paulo em favor de todos os profissionais inscritos na seccional da Ordem em São Paulo. A decisão tornou prejudicado o pedido de liminar contido no HC. Adesp deve recorrer.

A Federação impetrou o HC visando a concessão, “a todo advogado inscrito na OAB, Seccional do Estado de São Paulo, e por que não do Brasil” de salvo-conduto, em ordem a “determinar que sejam banidas, das investigações criminais e da instrução processual penal, enfim, das ações penais, as interceptações de linhas telefônicas” pertencentes a advogados.

Sustentou-se que o Ministério Público Federal tem abusado de suas prerrogativas institucionais, por todo o território nacional, pois no curso das investigações criminais que visam informar futura ação penal, requisitam judicialmente a “inconstitucional, ilegal e inadmissível interceptação de linhas telefônicas que previamente sabia pertencer a advogados inscritos na OAB, Seccional do Estado de São Paulo, o que vem acontecendo, inclusive, por todo o país”, afirmou a federação.

O relator, ministro Celso de Mello, examinou preliminarmente a viabilidade da utilização, no caso, do habeas corpus, considerando a alegação de que os advogados inscritos na OAB-SP estariam sendo indiscriminadamente atingidos em suas prerrogativas profissionais, de sigilo profissional pelo MPF nos procedimentos penais (investigações e ações penais).

De acordo com Celso de Mello, os termos da impetração do HC se revelam inadequados, pois a finalidade do instrumento seria a proteção do direito à intimidade dos advogados e o de seus eventuais clientes, sem a necessária conexão com a tutela da liberdade de locomoção física dos ora pacientes.

Segundo o ministro, “o conteúdo absolutamente genérico do pedido ora deduzido pelos impetrantes evidencia, por isso mesmo, o pleno descabimento da ação de “habeas corpus”, pois não se demonstrou, na espécie, e de modo concreto, a possibilidade de “todos os advogados” inscritos na OAB/SP estarem sofrendo, ou virem a sofrer, de maneira imediata, constrangimento em seu direito de ir, de vir e de permanecer”.

Celso de Mello rememorou a jurisprudência do Supremo sobre o cabimento do HC, cuja utilização supõe a concreta configuração de ofensa imediata, atual ou iminente, ao direito de ir, vir e permanecer das pessoas. “Não se pode perder de perspectiva, neste ponto, que, com a Reforma Constitucional de 1926 – que importou na cessação da doutrina brasileira do “habeas corpus” – este writ passou a amparar, “única e diretamente, a liberdade de locomoção. Ele se destina à estreita tutela da imediata liberdade física de ir e vir dos indivíduos”, afirmou o ministro.

O ministro observou que a Federação deixou de indicar atos concretos e específicos que evidenciem, por parte do MPF, a prática de comportamento abusivo ou de conduta revestida de ilicitude, não considerando viável o ajuizamento do habeas corpus.

Assim, Celso de Mello adotou a jurisprudência do STF e não conheceu do HC (arquivou), pois na ação



não há referência individualizadora de fatos concretos, imputáveis ao MPF, que caracterizassem situação configuradora de real ameaça à liberdade de ir e vir dos advogados.

Sobre as interceptações das comunicações telefônicas, o ministro ponderou que esse procedimento possui finalidade específica e que sua autorização, em período de normalidade institucional, depende de ordem judicial.

Segundo Celso de Mello, essa circunstância exclui completamente a possibilidade do MPF determinar, por autoridade própria, a escuta lícita de conversações telefônicas. Assim, o ministro relator não conheceu do HC e julgou prejudicado o pedido de liminar da Federação. (STF)

Conheça o entendimento de Celso de Mello

HABEAS CORPUS N. 83.966-5

PROCED.: SÃO PAULO

RELATOR ORIGINÁRIO: MIN. CELSO DE MELLO

PACTE.(S): ADVOGADOS INSCRITOS NA ORDEM DOS ADVOGADOS

DO BRASIL (OAB) – SECCIONAL DE SÃO PAULO

IMPTE.(S): FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DOS ADVOGADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – FADESP E OUTRO(A/S) ADV.(A/S) : RICARDO HASSON SAYEG E OUTRO(A/S)

COATOR(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

DECISÃO: Trata-se de “*habeas corpus*”, com pedido de medida liminar, que, **preventivamente** impetrado pela Federação das Associações dos Advogados do Estado de São Paulo, **em litisconsórcio ativo** com ilustres Advogados, **tem por objetivo a concessão**, “*a todo advogado inscrito na OAB, Seccional do Estado de São Paulo, e por que não do Brasil...*” (fls. 15), de salvo-conduto, **em ordem** a “*determinar **que sejam banidas**, das investigações criminais e da instrução processual penal, enfim, das ações penais, as interceptações de linhas telefônicas...*” (fls. 15) **pertencentes** a Advogados.

Sustenta-se, na presente impetração – na qual se aponta, **como autoridade coatora**, “*o chefe do Ministério Público Federal, o Exmo. Sr. Dr. Procurador-Geral da República...*” (fls. 15) – que o “*Ministério Público Federal, por todo o território nacional, vem, no bojo de investigações criminais que visam aparelhar futura ação penal, e em instruções processuais penais (...), abusando de suas prerrogativas institucionais e, conseqüentemente, requisitando judicialmente a inconstitucional, ilegal e inadmissível interceptação de linhas telefônicas que previamente sabia pertencer a advogados inscritos na OAB, Seccional do Estado de São Paulo, o que vem acontecendo, inclusive, por todo o país*” (fls. 12).

Cabe examinar, preliminarmente, **a viabilidade**, ou não, da utilização, **no caso**, do instrumento



constitucional do “*habeas corpus*”, **considerada** a alegação, deduzida pelos **próprios** impetrantes, de que os Advogados inscritos na OAB/SP estariam sendo “*indiscriminadamente*” atingidos em suas prerrogativas profissionais, “*em razão da violação do direito-dever de comunicação reservada com seus clientes*” (fls. 2).

Com efeito, os ora impetrantes, **ao ajuizarem** o presente “*writ*”, com ele buscaram resguardar e preservar, exclusivamente, **o direito à intimidade** dos Advogados em geral, **cuja esfera de privacidade** – segundo ora sustentado **nesta** sede processual – **estaria** sendo desrespeitada pelo Ministério Público Federal, **em sede** de procedimentos penais.

Na realidade, a **própria** parte impetrante, **ao postular** “*sejam banidas, das investigações criminais e da instrução processual penal (...), as interceptações de linhas telefônicas (...)*” (fls. 15) referentes a Advogados, **expressamente** apoiou o seu pleito **na alegação** de que, com tal prática – efetivada “*independentemente de qualquer envolvimento na investigação criminal ou instrução criminal*” (fls. 14 – **grifei**) -, **atentou-se contra** “*a intimidade de todo o número infinito de pessoas que venham a procurar o advogado (...)*” (fls. 14 – **grifei**).

Vê-se, pois, **considerados** os específicos termos **em que formulada** a presente impetração, que se revela **inadequado** o meio processual ora utilizado, **eis que** o “*habeas corpus*” foi deduzido, na espécie, com a **exclusiva** finalidade de preservar e de proteger, unicamente, o **direito à intimidade** dos ilustres integrantes da classe dos Advogados e o de seus eventuais clientes, **sem** a necessária **conexão** com a tutela da liberdade de locomoção física dos ora pacientes.

O conteúdo absolutamente genérico do pedido ora deduzido pelos impetrantes **evidencia**, por isso mesmo, o pleno **descabimento** da ação de “*habeas corpus*”, pois **não se demonstrou**, na espécie, **e de modo concreto**, a possibilidade de “*todos os Advogados*” (fls. 2) inscritos na OAB/SP estarem sofrendo, ou virem a sofrer, **de maneira imediata**, constrangimento em seu direito **de ir, de vir e de permanecer**.

Cumprе rememorar, neste ponto, que a **jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal tem advertido, **presente tal contexto**, que **não** se revela pertinente o remédio constitucional do “*habeas corpus*”, cuja utilização **supõe**, necessariamente, a concreta configuração de ofensa imediata, atual ou iminente, ao direito de ir, vir e permanecer dos pacientes (**RTJ 135/593**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – **RTJ 136/1226**, Rel. Min. MOREIRA ALVES – **RTJ 142/896**, Rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI – **RTJ 152/140**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **RTJ 180/962**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.).

Não se pode perder de perspectiva, neste ponto, que, com a Reforma Constitucional de 1926 – que importou na **cessação da doutrina brasileira do “habeas corpus”** – este **writ** passou a amparar, “*única e diretamente*, a liberdade de locomoção. Ele se destina à estreita tutela da **imediata** liberdade física de ir e vir dos indivíduos...” (**RTJ 66/396** – **RTJ 177/1206-1207** – **RT 423/327** – **RT 338/99** – **RF 213/390** – **RF 222/336** – **RF 230/280**, v.g.).

Sabemos todos que o **sentido abrangente** da norma inscrita no art. 72, § 22, da Constituição republicana de 1891, na redação anterior à estabelecida pela Revisão Constitucional de 1926, elasteceu, sob o influxo da doutrina brasileira do “*habeas corpus*”, o âmbito de incidência desse instrumento formal



de proteção às liberdades públicas.

A doutrina brasileira do “*habeas corpus*” – como enfatiza, em preciso magistério, ROBERTO ROSAS (“**Direito Processual Constitucional**”, p. 85/86, 1983, RT) – **ampliou** o campo de utilização desse remédio constitucional, **permitindo** que, por meio dele, se defendessem **outros** direitos cujo gozo tivesse por suporte o exercício da liberdade de locomoção física.

O “*habeas corpus*”, então, sob a **decisiva** influência das idéias sustentadas pelo notável magistrado desta Corte, PEDRO LESSA (“**Do Poder Judiciário**”, p. 337/339, 1915, Livraria Francisco Alves), **passou a tutelar**, no plano jurisdicional, **não só** o direito de ir, vir e permanecer, ainda quando este, **na simples condição de direito-meio**, pudesse vir a ser afetado de modo reflexo, indireto ou oblíquo (**RF 22/306 – RF 34/505 – RF 36/192 – RF 38/213 – RF 45/183**), mas, **também**, quaisquer **outras** prerrogativas jurídicas, que, lesadas por comportamentos ilegais ou abusivos dos órgãos ou agentes da administração pública, tivessem, na liberdade de locomoção física, a sua condição de exercício (**RF 13/148**).

Na realidade, a **ampliação** das funções do “*habeas corpus*” deveu-se à **inexistência**, em nosso ordenamento positivo, de um remédio processual, que, à **semelhança** da ação de mandado de segurança – **que só viria a ser institucionalizada pela Constituição de 1934** -, atuasse como instrumento viabilizador da tutela pronta, imediata e eficaz de **outros** direitos e liberdades expostos à ação eventualmente arbitrária do Poder Público (CASTRO NUNES, “**Do Mandado de Segurança e de outros meios de defesa contra atos do Poder Público**”, p. 1/2, item n. 1, 8ª ed., 1980, Forense; SEABRA FAGUNDES, “**O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário**”, p. 258, item n. 105, nota n. 19, 4ª ed., 1967, Forense, v.g.).

O fato irrecusável, no entanto, é que, **após** a Reforma Constitucional de 1926, “*A proteção do **habeas corpus** não vai além do direito de locomoção. Por ele não se tutelam outros direitos, nem mesmo os que, na faculdade de ir e vir ou ficar, têm a sua condição de exercício*” (**RF 222/336 – RT 173/24 – RT 338/99**).

É por essa razão que o Supremo Tribunal Federal, em inúmeros julgamentos, tem realçado **o caráter estrito** da destinação constitucional do remédio de “*habeas corpus*”, **como resulta claro** das decisões a seguir transcritas:

“**Após a Reforma Constitucional de 1926, e com a cessação da doutrina brasileira do *habeas corpus***, esse remédio processual **passou a ter pertinência somente** nos casos em que **ocorrer** situação de risco efetivo **ou** de dano potencial à liberdade **de locomoção física** do paciente (‘*jus manendi, ambulandi, eundi ultro citroque*’). **Precedentes.**”

(**RTJ 180/962**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **Pleno**)



“A função clássica do habeas corpus restringe-se à estreita tutela da imediata liberdade de locomoção física das pessoas.

– A ação de **habeas corpus** – desde que **inexistente** qualquer situação de dano efetivo ou de risco potencial ao **jus manendi, ambulandi, eundi ultro citroque** – não se revela cabível, mesmo quando ajuizada para discutir eventual nulidade do processo penal em que proferida decisão condenatória **definitivamente** executada.

Esse entendimento decorre da circunstância histórica de a **Reforma Constitucional** de 1926 – que importou na cessação da **doutrina brasileira do habeas corpus** – haver restaurado a função clássica desse extraordinário remédio processual, **destinando-o**, quanto à sua finalidade, à **específica** tutela jurisdicional da **imediate liberdade de locomoção física** das pessoas. **Precedentes.**”

(HC 80.575/RJ, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma)

Desse modo, e tendo em vista que, da exposição feita pelos ora impetrantes, **constata-se** que estes buscam preservar, com o **presente** remédio heróico, **a relação de confidencialidade** que deve existir entre o Advogado e seu cliente (fls. 2, 7 e 12/14), torna-se evidente – **considerando-se**, estritamente, o que emerge do próprio conteúdo **desta** impetração – **que inexistente**, no caso, **para efeito** de incidência da norma inscrita no art. 5º, LXVIII, da Constituição, situação de litigiosidade **que afete** a imediata liberdade de locomoção física dos Advogados em geral (**notadamente** daqueles inscritos na OAB/SP) e que, acaso ocorrente, pudesse legitimar a utilização da ação de “*habeas corpus*”, consoante esta Suprema Corte tem advertido:

*“Objetivando as razões da impetração **salvaguardar o direito à intimidade**, sem demonstração de que a quebra do sigilo telefônico (...) constitua efetiva ameaça à liberdade de ir e vir do paciente, não é o habeas-corpus a via adequada à cessação do imputado ato ilegal.*

Habeas-corpus **não conhecido.** “

(RTJ 178/1231, Rel. p/ o acórdão Ministro MAURÍCIO CORRÊA – grifei)

Enfatize-se, no entanto, que, **mesmo que se admita** a utilização da via do “*habeas corpus*”, **em tema** de interceptação telefônica – **o que tem sido reconhecido**, em situações específicas, por esta Suprema Corte (RTJ 171/258, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE – RTJ 180/1001-1003, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE) -, **ainda assim** revelar-se-á **insuscetível** de conhecimento o presente “*writ*” constitucional.

É que os ora impetrantes **não fizeram constar**, de suas alegações, **qualquer alusão** a atos concretos ou a procedimentos penais **específicos**, em cujo âmbito estariam sendo praticadas medidas caracterizadoras da **alegada** situação de injusto constrangimento à **liberdade de locomoção física** dos Advogados de São Paulo.



Com efeito, os ora impetrantes, em suas razões, **limitaram-se** a afirmar, **de maneira genérica**, sem **qualquer** especificação individualizadora – e **sempre** na perspectiva da defesa **do direito à intimidade** e da **inviolabilidade da comunicação reservada** entre Advogado e cliente -, que o “*Ministério Público Federal, por todo o território nacional, vem, no bojo de investigações criminais (...), abusando de suas prerrogativas institucionais (...), requisitando judicialmente a inconstitucional, ilegal e inadmissível interceptação de linhas telefônicas que previamente sabia pertencer a advogados...*” (fls. 11).

Os impetrantes, portanto, **deixaram** de indicar **fatos concretos** cuja **efetiva** ocorrência, desde que **objetivamente** demonstrada, **pudesse** ensejar a adequada utilização da via do “*habeas corpus*”.

Sem a precisa indicação, pelos autores do “*writ*”, **de atos concretos e específicos** que evidenciem, por parte da autoridade ora apontada como coatora, a prática de comportamento abusivo ou de conduta revestida de ilicitude, **não há** como reputar processualmente viável o ajuizamento da ação constitucional de “*habeas corpus*”.

Cabe lembrar, neste ponto, a advertência de JULIO FABBRINI MIRABETE (“**Código de Processo Penal Interpretado**”, p. 1469, item n. 654.7, 7ª ed., 2000, Atlas), cuja lição, **a propósito** da necessária referência **a fatos concretos**, assim foi por ele exposta:

“A petição deve conter também a declaração da espécie de constrangimento ou, em caso de simples ameaça de coação, as razões em que funda o seu temor”. Devem ser expostas, pois, a natureza da coação, suas circunstâncias, causas, ilegalidade etc., bem como a argumentação de fato e de direito destinada a demonstrar a ilegitimidade do constrangimento real ou potencial (...).”

Essa **mesma** orientação **é perfilhada** por EDUARDO ESPÍNOLA FILHO (“**Código de Processo Penal Brasileiro Anotado**”, vol. VII/277, item n. 1.372, 2000, Bookseller), **em abordagem** na qual enfatiza a imprescindibilidade da **concreta indicação** do ato coator:

“A petição deve, pois, conter todos os requisitos de uma exposição suficientemente clara, com explanação e narração sobre a violência, suas causas, sua ilegalidade. Não se faz mister, porém, que a petição esteja instruída com o conteúdo da ordem pela qual o paciente está preso, porque esta falta não pode prejudicar, e é perfeitamente sanável.

A petição, dando parte da espécie de constrangimento, que o paciente sofre, ou está na iminência de sofrer, deve argumentar no sentido de convencer da ilegalidade da violência, ou coação (...).

É óbvio, **há todo interesse**, para o requerente, **em precisar os fatos, tão pormenorizada, tão circunstancialmente**, quanto lhe for possível, pois melhor se orientará a autoridade judiciária, a que é submetida a espécie (...).” (**grifei**)

Daí a **observação** feita por ADA PELLEGRINI GRINOVER, ANTONIO MAGALHÃES GOMES FILHO e ANTONIO SCARANCE FERNANDES (“**Recursos no Processo Penal**”, p. 361, item n. 240, 1996, RT):

“O Código exige, finalmente, a menção à espécie de constrangimento e, no caso de ameaça, as razões em que se funda o temor, ou seja, a indicação dos fatos que constituem a causa petendi.”



(grifei)

Esse entendimento doutrinário – **que repele** a utilização do instrumento constitucional do “*habeas corpus*”, **quando ausente**, na petição de impetração, menção específica e concreta aos fatos ensejadores da **alegada** situação de injusto constrangimento (FERNANDO CAPEZ, “**Curso de Processo Penal**”, p. 444, item n. 20.15.10, 2ª ed., 1998, Saraiva; TALES CASTELO BRANCO, “**Teoria e Prática dos Recursos Criminais**”, p. 158, item n. 156, 2003, Saraiva) – **reflete-se**, por igual, na **jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal, que, a propósito do tema, **assim se tem pronunciado**:

“HABEAS CORPUS – IMPETRAÇÃO QUE NÃO INDICA QUALQUER COMPORTAMENTO CONCRETO ATRIBUÍDO À AUTORIDADE APONTADA COMO COATORA – PEDIDO NÃO CONHECIDO.

Torna-se **insuscetível** de conhecimento o **habeas corpus** em cujo âmbito o impetrante **não indique qualquer ato concreto** que revele, por parte da autoridade apontada como coatora, **a prática** de comportamento abusivo **ou** de conduta revestida de ilicitude.”

(RTJ 159/894, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

*“Não há como admitir o processamento da ação de habeas corpus, se o impetrante **deixa de atribuir** à autoridade apontada como coatora **a prática de ato concreto** que evidencie a ocorrência de um **específico** comportamento abusivo ou revestido de ilegalidade.”*

(RTJ 164/193-194, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **Pleno**)

Vê-se, pois, **na linha** do magistério jurisprudencial desta Suprema Corte, que a **presente** impetração revela-se **insuscetível de conhecimento, eis que** destituída de **qualquer** referência individualizadora **a fatos concretos**, que, **imputáveis** ao eminente Procurador-Geral da República – autoridade ora apontada como coatora – **pudessem caracterizar** situação configuradora de real ameaça (ou de **efetiva** lesão) ao “*status libertatis*” daqueles em cujo favor foi deduzido este “*writ*” constitucional.

Enfatize-se, de outro lado, que, **mesmo** que a parte ora impetrante **houvesse indicado**, em sua petição, um **específico pedido** de interceptação de comunicações telefônicas, **formulado** pelo eminente Procurador-Geral da República, **ainda assim a alegada** situação de injusto constrangimento **não seria imputável** ao Chefe do Ministério Público Federal.



Não custa acentuar, neste ponto, que a **mera** formulação (**sequer comprovada**) de pedido de interceptação de conversações telefônicas, **embora** deduzido pelo próprio Chefe do Ministério Público da União, **não importa**, só por si, **enquanto** simples postulação, em ofensa à liberdade de locomoção física de qualquer pessoa, **pela simples razão** de que o ato **eventualmente** configurador de lesão ao “*status libertatis*”, **quando** praticado no contexto de procedimentos de índole penal, **somente pode advir** de determinação emanada **do Poder Judiciário**, como resulta inequívoco da cláusula inscrita no art. 5º, XII da Constituição da República.

É que a interceptação das comunicações telefônicas – **que possui** finalidade específica e **que sempre depende**, para efeito de sua autorização, em período de normalidade institucional, de **ordem judicial** (CF, art. 5º, XII, **in fine**) – está submetida **ao postulado da reserva constitucional de jurisdição** (RTJ 177/229, Rel. Min. CELSO DE MELLO – RTJ 180/191-193, Rel. Min. CELSO DE MELLO), circunstância esta **que exclui**, por completo, a possibilidade de membros do Ministério Público Federal, como o eminente Procurador-Geral da República, virem a determinar, **por autoridade própria**, a **escuta lícita** de conversações telefônicas.

Na realidade, **não há que se falar** em situação de injusto constrangimento imputável **seja** ao eminente Procurador-Geral da República, **seja**, ainda, a **qualquer** membro do Ministério Público Federal, **eis que**, nos termos do que dispõe a **Lei nº 9.296/96** (art. 1º, “*in fine*”), “*A interceptação de comunicações telefônicas (...)* **dependerá de ordem do juiz**” (grifei), incumbindo, pois, ao “Parquet”, **unicamente**, quando for o caso, **formular o pedido de escuta**, que poderá, ou não, ser ordenado **pela autoridade judiciária** competente, e por esta, **apenas**.

O que **não** se mostra cabível, no entanto, **mesmo** no contexto de procedimentos penais, **é considerar-se** o Senhor Procurador-Geral da República **responsável** por **todos** os **pedidos** de interceptação telefônica, que, **no âmbito** do Ministério Público Federal, já tenham sido formulados – **ou** que venham a sê-lo – **por Procuradores da República**.

Isso geraria, como conseqüência, a possibilidade de se imputar, ao Chefe do “Parquet”, responsabilidade **por atos de outrem**, tal como pretendido na espécie (fls. 15).

A **independência** funcional dos membros do Ministério Público **não admite** que o Chefe da Instituição **interfira** na esfera de atuação **de cada** integrante do “Parquet”, mediante **incabível** determinação das medidas de persecução penal **que cada qual** deva adotar nos procedimentos em que officie.

O **acolhimento** da tese sustentada pelos ilustres impetrantes – **que atribuem**, ao Procurador-Geral da República, **para efeito** de “*habeas corpus*”, a responsabilidade **pela iniciativa** dos pedidos de interceptação telefônica formulados por **outros** membros do Ministério Público Federal (fls. 15) – **culminaria** por deslocar, **indevidamente**, para o Supremo Tribunal Federal, a **competência** para apreciar atos emanados, **não** do eminente Procurador-Geral da República (CF, art. 102, I, “**d**”), **mas**, na realidade, praticados por **outros** integrantes do “Parquet” federal.



Sendo assim, pelas razões expostas, **não conheço** da presente ação de “*habeas corpus*”, **restando prejudicada**, em consequência, a apreciação do pedido de medida liminar.

Arquivem-se os presentes autos.

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2004.

Ministro CELSO DE MELLO

Relator

Date Created

17/02/2004